

À
OFFICE TOTAL S.A
Sr. Fábio Anderson de Freitas Pedro
fabio.anderson@officetotal.com.br

Referência: Concorrência Binacional EF 0297-20.

Assunto: Impugnação - Resposta - Indeferida

Inicialmente, cumpre-nos esclarecer que a ITAIPU é pessoa jurídica de direito público internacional, instituída por Tratado celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, no exercício pleno de suas soberanias, o qual estabelece as normas que regem a Binacional (artigo III, do Estatuto da ITAIPU, Anexo A do Tratado), conjugando e principalmente compatibilizando as leis internas dos dois Estados contratantes. Importante salientar que a Lei 8.666/1993 não é aplicável a ITAIPU, conforme recente decisão do Supremo Tribunal Federal: *"ITAIPU BINACIONAL - ALIENAÇÕES E CONTRATAÇÕES - PROCESSO LICITATÓRIO - INEXIGIBILIDADE. Não se aplica a Lei nº 8.666/1993 às alienações e às contratações de obras, serviços e bens realizadas por Itaipu Binacional. (STF, ACO 1904, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08/09/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)"*. O mesmo raciocínio é aplicado para a LC 123/2006, uma vez que as aquisições da binacional submetem-se à regime jurídico próprio, afastando a aplicação de lei interna do Brasil ou do Paraguai, sob pena de ofensa à soberania de cada um dos países. Neste contexto, a binacional possui procedimentos próprios para os certames licitatórios que promove (artigo XXVIII, do Estatuto da ITAIPU, Anexo A do Tratado), disciplinados na Norma Geral de Licitação da ITAIPU (NGL), aprovada pelo Conselho de Administração, órgão máximo na instância hierárquica, constituído paritariamente por brasileiros e paraguaios.

Portanto, as licitações realizadas pela ITAIPU, diante da sua natureza jurídica peculiar, são regidas por sua Norma Geral de Licitação, conforme consta no subitem 2.3 do Caderno de Bases e Condições (CBC) do Pregão em apreço, não lhe sendo aplicável a Lei brasileira nº 8.666/93.

Feitas as considerações iniciais e analisado o teor da impugnação apresentada por V.Sa, passamos a responder a insurgência nos termos seguintes:

- Irregularidade da permissão de formação do consórcio binacional com empresas do mesmo grupo econômico:



A ITAIPU se posiciona pelo indeferimento do pleito, pois embora possam ser empresas do mesmo grupo econômico, são pessoas jurídicas distintas, sendo constituídas nos termos da legislação do seu respectivo país. Além disso, vedar essa composição consorcial seria, no mínimo, uma restrição desarrazoada ao caráter competitivo da licitação.

Por fim, solicitamos a gentileza confirmar o recebimento desta correspondência no campo abaixo, devolvendo-a ao e-mail comprasfoz@itaipu.gov.br.

Atenciosamente,


Daniele Tassi Simioni Gemael
Superintendente de Compras

Confirmo o recebimento:

Data: ____/____/____

(identificação e assinatura)